



ESTADO DE SERGIPE

CÂMARA DE VEREADORES DE ITABAIANA

ITABAIANA - SERGIPE

PROJETO DE LEI Nº 232
29 de setembro de 2025

Autoriza o Poder Público Municipal a instituir o Programa Municipal de Manutenção e Melhoria das Estradas Rurais, em Itabaiana/SE e dá outras providências.

AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITABAIANA – SERGIPE.

Faço saber que a Câmara Municipal de Itabaiana aprovou e o Senhor Prefeito Municipal sancionará a seguinte LEI:

Art. 1º- Fica autorizado, no âmbito do Município de Itabaiana/SE, o Programa Municipal “Estrada Segura”, com a meta de manter e melhorar as estradas vicinais e vias não pavimentadas da zona rural.

Art. 2º- São diretrizes do Programa “Estrada Segura”:

- I-** Manutenção contínua e planejada das estradas rurais;
- II-** Identificação e priorização das rotas escolares, de transporte de pacientes e de escoamento agrícola;
- III-** Prevenção de erosões, alagamentos e demais danos estruturais;
- IV-** Instalação de placas de sinalização e segurança.

Art. 3º- A execução do programa será responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras, em parceria com a Secretaria de Agricultura e outros órgãos competentes.

RECEBIDO

30/09/2025
Arturo M. Dantas



ESTADO DE SERGIPE

CÂMARA DE VEREADORES DE ITABAIANA

ITABAIANA – SERGIPE

Art. 4º- Fica autorizada a celebração de convênios com associações de produtores rurais, cooperativas agrícolas e consórcios intermunicipais.

Art. 5º- O Poder Executivo Municipal poderá disponibilizar a Ouvidoria Geral para receber as solicitações de melhorias e envio de fotos ou vídeos sobre as condições das vias.

Art. 6º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 7º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Itabaiana/SE, 29 de setembro de 2025.

FERNANDO CARVALHO DOS SANTOS

Vereador

Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)



ESTADO DE SERGIPE

CÂMARA DE VEREADORES DE ITABAIANA

ITABAIANA-SERGIPE

RAZÕES DO PROJETO LEI

I. OBJETO

O objeto deste projeto de lei Municipal é a autorização para Poder Público Municipal instituir o Programa Municipal de Manutenção e Melhoria das Estradas Rurais, em Itabaiana/SE.

II. JUSTIFICATIVA

No Município de Itabaiana/SE, as estradas rurais são essenciais para a economia e para a vida de centenas de famílias. O mau estado de conservação compromete o escoamento da produção agrícola, impede o acesso a serviços básicos e isola comunidades inteiras. O programa “Estrada Segura” propõe uma política pública estruturada e contínua de manutenção preventiva, mapeamento das vias mais críticas e uso racional de máquinas e equipes da prefeitura. Além disso, cria a possibilidade de parceria com associações de produtores, consórcios regionais e convênios.

III. REFERENCIAL JURÍDICO

No que se refere aos ditames legais podemos citar inicialmente o que dispõe de forma fundamental o artigo 30, inciso I da Constituição Federal de 1988:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)

Perante tal dispositivo legal, resta claro que a competência para legislar sobre assuntos de interesse local é do Município, tendo em vista que no caso da autorização para Poder Público Municipal instituir o Programa Municipal de



ESTADO DE SERGIPE

CÂMARA DE VEREADORES DE ITABAIANA

ITABAIANA-SERGIPE

Manutenção e Melhoria das Estradas Rurais, em Itabaiana/SE, existe um contexto de acordo com a legislação vigente.

Vale ressaltar ainda o que dispõe a **Lei Orgânica do Município de Itabaiana/SE de 1990**, onde em sua seção V, que trata do Processo Legislativo, cita em seu artigo 36 que a iniciativa das leis ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da câmara de vereadores, sendo este fatídico projeto de lei partícipe desta legislação vigente.

No que tange a jurisprudência, inicialmente, verifica-se estar adequada integralmente, a iniciativa para a deflagração do processo legislativo. **Não existe qualquer limitação constitucional à propositura de projeto de lei por Vereador versando sobre a matéria aqui tratada, desde que não sejam previstos deveres, obrigações ou mesmo permissões ao Governo Municipal** no que diz respeito à logística e à operacionalização, o que macula o projeto de vício de iniciativa.

Além de tais informações, não há impedimento algum em relação a prestação de serviços públicos de desenvolvimento social para todos os grupos vulneráveis sendo informadas por objetivos ou princípios, contanto que não obriguem de qualquer forma o Poder Executivo, traduzindo-se como meras inspirações de inclusão social. Por fim, dentro do texto constitucional podemos compreender a imposição da necessidade de encontrar soluções para situações que exigem a aplicação dos princípios constitucionais.

Câmara Municipal de Itabaiana/SE, 29 de setembro de 2025.

FERNANDO CARVALHO DOS SANTOS

Vereador

Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)